

Ódio aos mais pobres alimenta a direita no Brasil

Por **Marilza de Melo Foucher**

Correio do Brasil, 17.9.15

Codato faz uma análise da conjuntura política brasileira

“Lula da Silva ainda é eleitoralmente muito forte. A memória do seu governo nas classes populares parece que continua presente (mas não sabemos por quanto tempo)”. Assim o professor e pesquisador Adriano Codato, que coordena o Observatório de Elites Políticas Sociais do Brasil, avalia a conjuntura política do país, em um momento grave da presidência de Dilma Rousseff.

Adriano Codato é professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pesquisador do CNPq. Atualmente está aqui, na capital francesa, como pesquisador-associado no Centre européen de sociologie et de science politique de la Sorbonne (CESSP-Paris) e coordena o [Observatório de elites políticas e sociais do Brasil](#).

Leia, adiante, a entrevista de Adriano Codato:

– *Daria para você explicar o que representa hoje a direita no Brasil? Qual é o seu perfil?*

– A direita no Brasil está em franca expansão. Essa expansão se dá em três esferas relacionadas entre si e, principalmente, que se reforçam mutuamente. A esfera social, a política e a ideológica. Há um movimento social de direita no Brasil, conservador, autoritário e violento, liderado pelas altas camadas médias das grandes cidades, que protesta contra as políticas do Partido dos Trabalhadores (PT) e contra o seu problema mais visível: a corrupção governamental.

Há, na esfera política, como na Europa, uma ascensão eleitoral dos partidos de direita. Mas não dos partidos da velha direita que apoiaram os governos militares do último ciclo ditatorial (1960-1980). Esses velhos partidos, hoje com outras siglas (DEM, PP), têm perdido força e votos para micropartidos oportunistas e para um novo partido de direita (PSD) que sobrevive, paradoxalmente, graças à sua associação com o governo do PT. Em troca de um apoio parlamentar, cada vez mais formal, o PSD ganhou dois ministérios com recursos orçamentários importantes. Apesar de suas diferenças, tanto os velhos partidos da direita brasileira, como os novos, têm sustentado uma agenda profundamente conservadora em termos de costumes e direitos.

Liderada pela figura do pastor-evangélico-deputado, essa direita vem tentando revogar no Brasil todos os direitos conquistados por uma parte da civilização ocidental no século XX: os direitos das minorias de gênero, os direitos humanos, os direitos trabalhistas, o direito penal, a liberdade de escolha, etc. O preocupante, para as forças progressistas, não digo nem as de esquerda, é que essa agenda política tem sido cada vez mais assumida por quase todos os partidos do Congresso Nacional, até porque é preciso lutar em várias frentes e de várias maneiras para impor esse código reacionário. O grande partido, o PMDB,

que é um conjunto de todas as tendências políticas, que vai do centro até a direita mais conservadora, lidera a Câmara dos Deputados com um presidente (Cunha) que é a encarnação perfeita desse movimento.

A última variante da direita brasileira é a ideológica. Sua ideologia econômica é neoliberal e ela está presente na cena política brasileira desde os anos 1990. Em termos partidários, o PSDB é quem sustenta essas posições no “debate público”. Debate público merece as aspas porque não há, no Brasil, um debate de posições alternativas sobre o receituário econômico e nem espaço público para isso. Os grandes oligopólios privados de comunicação (Folha, Estadão, Globo, UOL, etc.) se encarregam de elaborar e difundir esse discurso hegemônico em defesa da economia mainstream nos jornais, no rádio, nas TVs, na Internet.

– O que incomoda a estes setores/organizações de direita ou o que lhes motiva em ocupar os espaços nas ruas, nas redes sociais que anteriormente eram ocupados por organizações sociais, por uma militância e pessoas de sensibilidade de esquerda?

– Há duas fontes de descontentamento. Uma é mais explícita e consciente, outra implícita e talvez, frise-se o talvez, inconsciente. O motivo principal é a corrupção dos governantes e dos políticos do PT. Digo “do PT” porque embora o PT esteja implicado em tudo, tenha sido fiador e beneficiário desses esquemas de financiamento político, essa indignação é bastante seletiva. Nem os movimentos sociais de direita que marcharam contra o governo federal já três vezes esse ano (em março, abril e agosto), nem a grande imprensa brasileira ou o Judiciário se interessam muito em enfatizar que outros partidos políticos estão implicados nos mesmíssimos esquemas de corrupção política coordenados pelo PT (com destaque para o direitista PPe o heteróclito PMDB). Denúncias sobre o partido rival, o PSDB, têm sido minimizadas, ignoradas ou deliberadamente escondidas das manchetes.

Agora, note-se: a corrupção, contudo, é o grande tema de preocupação das classes médias brasileiras (profissionais liberais, pequenos e médios empresários, altos funcionários públicos, etc.), a base social desses novos movimentos de direita, desde sempre. Tanto é que essa mesma camada social já foi, durante os anos 1980-1990, o território de caça eleitoral privilegiado pelo PT – isso quando o Partido dos Trabalhadores fazia da bandeirada “moralização da política” sua principal arma de crítica aos adversários.

O outro motivo, menos aparente e menos consciente que pode conduzir uma parte das pessoas às ruas, decorre do fato de essa classe média tradicional ter de conviver com dois direitos básicos da cidadania moderna – o direito de votar e o direito de consumir – garantidos agora às baixas camadas médias, aos trabalhadores manuais e aos indivíduos que viviam até então à margem do capitalismo brasileiro. E isso parece ser insuportável. Todavia, isso precisa ser bem pesquisado.

– Qual a agenda política dos grupos organizados dessa nova direita? O que leva uma parte dos jovens aderirem a esta direita reacionária, muito próxima do fascismo?

– Há em alguns slogans públicos desses grupos, mas também nos comentários privados, principalmente nos comentários privados, o que eu chamaria de um

“racismo de classe”. Esta é a minha hipótese. O racismo de classe funciona conforme a mecânica perversa de todo o preconceito. Enquanto no racismo tradicional o sentimento de superioridade é dirigido a uma etnia (“raça”) considerada inferior, seja por razões biológicas, seja por razões históricas, o racismo de classe se dirige a um grupo por suas características socioeconômicas e constrói, sobre ele, toda sorte de preconceitos.

Os “pobres” (isto é, aqueles que ascenderam socialmente ao nível de consumidores) são, em primeiro lugar, ignorantes porque desconhecem as informações que só aquela classe média tradicional alega possuir sobre quem são os bons e os maus políticos. Os pobres são vistos, em segundo lugar, como irracionais, porque as razões que dirigem seu voto são ilegítimas para as prioridades estabelecidas por essa classe média autoritária. E são incompetentes, porque, afinal, são pobres.

É nesse contexto que a ojeriza da direita ao Bolsa Família (seu “assistencialismo”), o ódio às Cotas Raciais (para essa direita brasileira, a sabotagem da “meritocracia”), o espanto diante da abertura dos bens de consumo privativos das classes médias aos remediados (o “capitalismo”, enfim...) poderia ser interpretado. Assim, não é uma agenda conservadora da direita nacional, mas reacionária (uma reação contra a transformação da sociedade brasileira) e fundamentalmente retrógrada (a favor de, se possível, restabelecer a ordem pré-PT).

As agressões recentes sofridas pela família de Walquíria Leão Rego, professora de teoria política da Unicamp que ousou publicar um estudo sobre o Bolsa Família, são um exemplo muito instrutivo de onde o racismo de classe, que se mistura de maneira complexa com a crítica à corrupção “do PT”, pode chegar.

– O PT e a esquerda como reagem a esta reorganização da direita e ao ódio propagado?

– O PT, até onde pode acompanhar quem não vive a vida interna do partido, mas vê de fora, parece pasmado com todas as acusações, denúncias e condenações e procura sobreviver de alguma maneira, até mesmo se afastando do governo Dilma Rousseff (um governo de coalizão em princípio liderado pelo próprio PT). A prisão dos dirigentes do Partido dos Trabalhadores, a condenação de seu ex-presidente (Genoíno), do seu principal operador político (Dirceu), dos seus dois tesoureiros (Vaccari, Delúbio), etc. surpreendeu e indignou parte dos militantes e, principalmente, a grande maioria dos simpatizantes em 2014 e agora em 2015. Mal comparando, acredito que poderíamos usar aqui uma analogia baseada no Modelo de Kübler-Ross das cinco etapas do luto. Primeiro, a “negação”, quando se imaginou que toda e qualquer acusação contra o partido fosse uma invenção dos inimigos; depois a “raiva”, dirigida à imprensa, ao sistema judiciário, à polícia federal; em seguida a “negociação com a realidade”, afinal todos os partidos políticos no Brasil se financiam através de esquemas legais e ilegais; seguida da “depressão”, ou seja, aquele sentimento típico de impotência diante da situação criada pelos próprios dirigentes do partido. Não sei, entretanto, se já chegamos à fase da “aceitação”, isto é, muitos erros e erros muito graves foram cometidos e é necessário fazer a crítica disso. [A catástrofe política e econômica do segundo governo de Dilma Rousseff](#) talvez apresse isso.

– *O PT enquanto partido ainda tem militantes ou se tornou um partido de filiados sem militantes? Os números de filiados do PT não cessou de aumentar. Saltou de 1.054.671 para 1.587.882 em todo o país, o equivalente a uma variação positiva de 50,3% entre 2005 e 2015. Como explicar?*

– Lula da Silva ainda é eleitoralmente muito forte. A memória do seu governo nas classes populares parece que continua presente (mas não sabemos por quanto tempo). Isto faz com que ele hoje, longe ainda das eleições presidenciais de 2018, já parta de 30% das intenções de voto. Sabemos que brasileiros não se identificam subjetivamente ou ideologicamente com partidos políticos. Pesquisas de opinião, agora em 2015, mostraram que 66% da população não têm simpatia por nenhuma sigla, percentual mais alto desde 1988, conforme o IBOPE. A mesma sondagem mostrou que, daqueles que têm alguma identidade partidária, 14% são simpáticos ao PT e 6% ao PSDB. Todavia, em abril de 2013, antes das jornadas de junho, nada menos que 36% preferiam o PT. Lula é eleitoralmente bem maior que o Partido que, por sua vez, precisará se reconstruir. E há condições para isso. Estudo do cientista político Osvaldo Amaral mostrou que o PT, mesmo com a inevitável parlamentarização do partido, continua permeável à participação de setores da sociedade civil e aumentou significativamente o número de filiados. Em 2010, último ano em que Lula governou o Brasil, 10 em cada 1.000 eleitores estava filiado ao PT. O aumento do número de filiados do Partido dos Trabalhadores é resultado de duas coisas: primeiro, é o partido que controla o Executivo federal e que pode distribuir mais prebendas políticas; depois porque o PT não é mais um partido de um nicho ideológico (como nos anos 1980), mas um partido que investiu na filiação em massa como forma de ampliar sua presença no território.

Possivelmente, um dado ainda mais impressionante que número de filiados é o número de escritórios políticos (“diretórios”) que o PT consegue manter. Há, segundo estudo de Bruno Bolognesi, da UFPR, representações do PT em 97% dos 5,5 mil municípios brasileiros.

Todavia, a face pública do partido, seus representantes no governo e no parlamento, está profundamente desgastada em função dos escândalos de corrupção e, ao que tudo indica, o PT sofrerá a sua maior derrota eleitoral nas eleições municipais em 2016.

Marilza de Melo Foucher é doutora em Economia, analista política, jornalista e correspondente do **Correio do Brasil**, na França.

Nota da correspondente: *Esta entrevista foi realizada em Paris para o jornal Mediapart e sofreu pequenas modificações feitas pelo entrevistado para os leitores no Brasil.*